

NOME E VERBO NA GRAMÁTICA CASTELLANA DE ANDRÉS BELLO (1847)

Carlos Rafael Luis
Universidade de Buenos Aires

RESUMO: *Segundo a visão predominante sobre a Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos, do venezuelano Andrés Bello, publicada no Chile no século XIX, a originalidade da Gramática está no uso da noção de função para as definições gramaticais, o que representa a adoção do critério sintático como único. Contrariando essa visão, este texto mostra, pela análise do tratamento dado ao nome e ao verbo na GLC, que na concepção de oração em Bello se dá uma conjunção de perspectivas teóricas diversas. Para o autor, o que a análise mostra não tira o mérito deste texto iniciador de uma corrente gramatical em língua espanhola. Um índice do seu valor está em ter sido objeto de tantas leituras durante tanto tempo.*

ABSTRACT: *According to the prevailing view of the Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos, by Venezuelan Andrés Bello, published in Chile in the 19th century, the originality of the Grammar is in the use of the notion of function in the grammatical definitions, which represents the adoption of the syntactic criterion as the only one. Contrary to this view, this text shows through the analysis of the treatment given to the name and the verb in the GLC, that the conception of the sentence in Bello intercrosses different theoretical perspectives. To the author, what the analysis shows does not withdraw the merit of this text which initiates a grammatical current in Spanish. An index of its value is in having been object of so many readings for so long.*

A *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* foi publicada no Chile, país onde o venezuelano Andrés Bello viveu desde 1829 até sua morte, em 1865, e escrita de uma posição independente e crítica a respeito da tradição representada pela Real Academia Española. Seus leitores americanos foram generosos em seus

elogios ao ponto de considerar a *GLC* “o primeiro grande corpo de doutrina gramatical do castellano” (Rosenblat, 1961:11)¹ e atentos a toda originalidade, em relação às outras gramáticas em língua espanhola, que o texto sem dúvida evidencia. Boa parte da crítica devotou-se, com vária sorte, a esclarecer filiações teóricas. Outros, inclinados a proteger o mistério teórico da sua doutrina, preferem atribuir o caráter de inédito do texto da *GLC* ao talento do autor para “observar sem preconceitos os usos castelhanos dos americanos” (Gregores, 1966).

Sobretudo a partir do citado texto de Rosenblat, as leituras lingüísticas da *GLC* mostram uma quase coincidência em afirmar que a novidade de Bello consiste em ter proposto um corpo de definições baseado na noção de *função*. Na década de 1960, a influência do estruturalismo na gramática no âmbito do espanhol estabilizou sob esse princípio as interpretações do texto de Bello ao ponto de gerar o consenso de que a *GCL* descreve as formas da língua segundo seu funcionamento sintático. Rosenblat, com efeito, afirma: “Gramática funcional – dentro do critério de Bello – é aquela que toma como fundamento das diversas classes de palavras seu ‘ofício’ ou função sintática” (*op. cit.* p. 39). Mais recentemente, encontramos atitudes similares, por exemplo: “Bello (...) já havia adotado [o critério sintático] como o único válido na consideração e classificação das categorias lingüísticas” (Calero Vaquera, 1986: 53), e a denúncia do fato de que, ainda depois de Bello “numa mesma gramática, uma determinada classe se encontra definida por mais de um critério (...), morfológico, sintático e semântico”, resultando disso “uma definição arbitrária e híbrida”. E, para a mesma autora, “essa aplicação simultânea de vários critérios nos leva a duvidar da qualidade e validade dos sistemas classificatórios dos gramáticos que os empregam” (p. 54).

Estas visões derivam de uma atitude de busca de homogeneidade doutrinária como precondição para poder afirmar a cientificidade de um texto gramatical. No caso específico da *GLC*, isto foi feito muitas vezes ao custo de apagar, ou deixar de lado como um resto inerte, tudo aquilo que escapa ao princípio do critério único.

Como se pode ver nas definições mais abaixo incluídas, a aplicação de operações funcionais, novas, aliás, na gramática do espanhol, é evidente em muitos momentos do texto de Bello. Mas além do funcionalismo sintático, segundo o critério acima transcrito, a *GLC* evidencia para o leitor de hoje a presença de outros critérios atuais da descrição lingüística, como a semântica e a pragmática. Ao fazer intervir estes outros parâmetros, vejo que a doutrina gramatical de Bello não se apresenta com sua aludida pureza sintática e muito menos como homogênea.

Ao procurar traços semânticos e pragmáticos em Bello, me baseio nas análises efetuadas por Schlieben-Lange (1989). Esta autora assinala a presença de traços enunciativos e textuais em gramáticas gerais² de começos do século XIX; um fato que ela observa no tratamento novo de certas “velhas” categorias. Assim, o artigo, que atualiza a referência ao mundo, e o verbo, com sua remissão “à situação histórica do sujeito falante” são classes tratadas em sua potencialidade enunciativa, enquanto os pronomes, como marcas de diálogo, e as conjunções, como fatores de coesão, apontam para possibilidades textuais das formas.

Da minha parte, pretendo mostrar, a partir do tratamento dado ao nome e ao verbo na *GLC*, que na concepção de oração em Bello se dá uma conjunção de perspectivas teóricas diversas. Com esse objetivo, vou analisar, em primeiro lugar, passagens da Gramática que referem ao nome e ao verbo de acordo com sua dominância na frase.

Nome e verbo

a) Passagens sobre a dominância do nome

O nome estabelece a concordância: é o termo regente (ou “determinado”)

1. *O atributo varia, pois, de forma, segundo o sujeito signifique unidade ou pluralidade.* (36, p.32)³

O nome é, enquanto sujeito, o elemento primário da proposição:

2. *...o substantivo sujeito é na proposição a palavra primária e dominante, e para a qual, direta ou indiretamente, olham todas as outras que compõem a proposição.* (41, 33)

3. *O substantivo é a palavra dominante: todas as outras vêm explicá-lo e determiná-lo. O adjetivo e o verbo são signos de segunda ordem: ambos modificam imediatamente o substantivo.* (Nota I, p.45)⁴

Isto é, adjetivo e verbo estão no mesmo nível, no segundo; em um terceiro nível, encontram-se os modificadores do verbo: *o advérbio é um signo de ordem inferior: modifica modificações.* (Nota I, p. 44)

4. *O adjetivo predicado e o verbo modificam um substantivo, mas o segundo o faz precisamente designando a segunda parte da proposição, o atributo...* (Nota II, p. 46)

b) Passagens que sugerem equivalência estrutural entre ambas as partes

No prólogo da *Gramática Castellana*, referindo-se “às leis gerais (...) que dominam todas as línguas e constituem a gramática universal”, Bello salienta, entre esses princípios

5. “a resolução da proposição em sujeito e atributo” e “a existência do substantivo para expressar diretamente os objetos” e “a do verbo para indicar os atributos” (p.18)

6. *Para a Gramática não há na proposição mais que duas partes diferentes e separadas: o sujeito, encabeçado pelo substantivo, e o atributo, presidido pelo verbo.* (Nota II, p.45)

Nestas passagens, sintáticas, Bello supõe um nível equivalente para as duas partes da proposição, que apresenta como constituídas, cada uma, por uma parte que domina as outras. Um perfeito paralelismo que anuncia a metáfora especular que veremos, mais adiante, no exemplo (9).

Na “classificação das palavras por seus vários officios no raciocínio”, Bello define o sujeito (dominado pelo substantivo) e o atributo (dominado pelo verbo) como as partes da proposição e acrescenta que

7. *entre estas duas partes há uma correspondência constante.*

ainda que logo a seguir esclareça que o atributo varia conforme varie em número o sujeito. (36, 31-32)

Em *Análisis ideológica de la conjugación castellana* (um opúsculo de 1841) já encontramos o que foi afirmado em (6):

8. “*O que o substantivo é no sujeito, o verbo é no atributo da proposição.*” (p. 9)⁵

c) Passagem que afirma a igualdade funcional de ambas as partes da oração

9. *O caráter peculiar do substantivo consiste, ao meu ver, na sua aptidão para servir de sujeito: o do verbo no seu officio atual de atributo. São duas palavras que, indicando as duas partes da proposição, se olham, por assim dizer, uma à outra, e têm uma relação necessária entre si.* (Nota II, p. 45)

Nesta última passagem, é possível ler uma visão de sintaxe na qual, já em uma primeira análise, aparecem dois constituintes oracionais interdependentes. Enquanto nas primeiras passagens citadas (1) a (4), a preeminência do nome-sujeito é clara.

As passagens (5) a (8) apresentam as duas partes como internamente estruturadas da mesma maneira, e não se insiste na primazia nominal; podemos, então, integrá-las no exemplo 9.

Surge já aqui, uma dupla perspectiva da *GLC* no tratamento da proposição. Uma delas, sintetizada em (3), se caracteriza por estabelecer hierarquias entre os componentes. Temos assim, sempre sob o domínio do nome, modificadores de primeiro grau (verbo e adjetivo) e de segundo grau (advérbio).⁶ Mas ao se dar ao nome este estatuto de “palavra primária e dominante” a proposição se torna um objeto unitário, sem essas “duas partes” insistentemente admitidas por Bello: *cf.* exemplos (4) a (9). Por outra parte, a frase indivisa parece decorrer da perspectiva semântica conservada por Bello ao caracterizar as classes de palavras. O que se preserva – ao lado da função ou “ofício” – é o *modo de significar*: o substantivo denota seres independentes (daí sua especialização na função sujeito); o adjetivo e o verbo significam de maneira indeterminada; ficam, portanto, subordinados ao nome para poderem significar. O que Bello preserva, junto à visão “funcional” das classes, é um semantismo herdado da gramática geral, de Port Royal a Beauzée (*cf.* Auroux 1984: 18).

Mas, para mostrar os contrastes no tratamento de ambas as classes, devemos nos demorar um pouco na definição de verbo e na análise do sistema verbal.

O verbo

Se compararmos os respectivos tratamentos que nome e verbo recebem na *GLC* com os traços mantidos na tradição gramatical, veremos uma diferença evidente. Quanto às definições tradicionais, Auroux (1984: 11) comenta um documento anônimo de 1834 que compara definições de gramáticas entre 1500 e 1800. Vista à luz desta relação de definições, nenhuma inovação se encontra na *GLC*, no que diz respeito ao nome: designação de uma substância, independência, variação de gênero, número e caso (este, excluído por Bello). A definição de verbo, ao contrário, é feita desrespeitando explícita e pontualmente os traços tradicionais: referente à ação e a paixão, ao estado do sujeito, significando a afirmação ou a existência e com variação de pessoa, etc.

Vejam. A “classificação das partes da oração segundo seus ofícios” se inicia com o verbo: *Principiaremos pelo verbo, que é a mais*

fácil de conhecer e distinguir (34, 31). A explicação do verbo culmina com a sua propriedade de “palavra mais essencial do atributo”, que “é por excelência o atributo mesmo, porque todas as outras de que pode constar não fazem senão referir-se a ela...”: o mesmo argumento e os mesmos termos que vimos serem usados para afirmar a centralidade do nome na proposição como um todo, e no sujeito, *cf.* os exemplos (2), (3) e (8). O verbo “denota”, diz também, o atributo. Denota no sentido seguinte: os traços morfológicos de tempo, no verbo, são marcas de “o ser agora, antes ou depois, em relação ao momento mesmo em que se fala” (39, 32). Desses traços morfológicos, a pessoa e seu número são marcas do sujeito no atributo, o tempo é o atributo mesmo. Em virtude do verbo, que situa o dizer numa situação, a frase deixa de ser uma unidade de raciocínio para tornar-se um verdadeiro enunciado. E é aí que se afasta do meramente sintático: a contribuição do verbo à frase é mostrar a fala como ato: “o ato da palavra”, como ele diz retomando Destutt, “l’acte de la parole”.⁷

Isto, em contraste com os substantivos, que “significam diretamente os objetos em que pensamos” (43, 34). Neste ponto, a *GLC* não se afasta da definição dos nomes em Port-Royal como signos dos *objetos* do pensamento, etc. Verbo e nome substantivo se mostram então como pertencentes a duas ordens diferentes: o pensamento, o conceber, de um lado, e, de outro, o ato, a frase como acontecimento.

Ao verbo é atribuído mais um traço: sua evidência, sua facilidade para ser reconhecido.⁸ Depositário do maior número de marcas (de pessoa, de número, de tempo, de modo) o verbo acumula traços de visibilidade. É a parte encarregada de tornar evidente aquilo que o substantivo não manifesta. Para Bello, o verbo completa o substantivo, já que atualiza em linguagem a representação abstrata que nos fazemos das coisas; transforma em força enunciativa o que no nome é apenas potencial. Há alguma coisa de latente no nome, e o verbo está nas línguas para explicitá-lo.

Esta separação de funções dentro da proposição, entre o que é do domínio do pensamento (uma idéia) e o que é do domínio do dizer (a palavra, i.e. o verbo) já está em Destutt de Tracy (*Gramática*, cap. III). O nome, por exprimir a existência da idéia significada, tem tempo e modo: “o nome está em modo indicativo e tempo presente” (1803: 1970, p. 83); a expressão de outros tempos e modalidades é tarefa do verbo. Em Bello, estão insinuadas certas derivações dessa idéia. Vejamos por exemplo outros dois pontos da sua gramática. A referência do nome atualizada pelo verbo no enunciado não se limita ao substantivo sujeito, mas se estende ao “complemento acusativo” (o nome que dá Bello ao objeto direto). Com efeito, ao falar da transitividade, Bello

prefere vê-la não necessariamente como uma “atividade” impressa no lexema verbal, mas como o trabalho do nome-complemento sobre o verbo. Se certos verbos (como *ser*, *estar*) nos parecem ativos em alguns contextos, diz, é porque se constróem com acusativo. É este, o complemento acusativo, que por acompanhar frequentemente esses verbos faz com que vejamos neles a atividade; mas esta é efeito, não causa (Nota VIII, p. 120).

E encontra também nos substantivos, em certos usos, uma categoria implícita de pessoa que o verbo torna manifesta: em *los viejos somos rezongones* (os velhos, somos resmungões), diz, “los viejos” é um *nós*. E, por sua vez, em *fui yo que lo hice* (fui eu que fiz), o verbo na primeira pessoa faz que o substantivo “que” seja um *eu* (849, 270). Nestes exemplos, é novamente o operador verbal que manifesta um traço latente no nome.

A definição do verbo, ao contrário do nome, é feita distanciando-se da tradicional (palavra que significa *ação, estado, movimento*). Esta não é uma definição, observa Bello, mas “apenas uma enumeração das diferentes espécies de verbos, pelo seu significado” (Nota III, p. 47). Para ele o único que o verbo significa (“denota”) é o atributo; isto é, um conjunto de marcas para situar a emissão da frase. Enquanto o nome, além de ser a palavra central do sujeito (definição sintática), significa diretamente os objetos em que pensamos (41, p. 33); expressa os objetos de modo absoluto, prescindindo das suas qualidades (Nota IV, p. 95); significa “objetos reais” (ou objetos sem “existência real”) (103, p. 55). O verbo, ao contrário, assinala: assinala a temporalidade, que é simultaneidade, anterioridade ou posterioridade. E faz isto em relação com o ato da palavra, que é necessariamente presente.

Esta peculiaridade demanda, pois, uma nova nomenclatura para os diferentes paradigmas. Dado um presente como eixo, pelo qual se definem passado e futuro, nas outras instâncias, as denominações devem dar conta do valor relativo dos diferentes momentos da anterioridade, cujo eixo é o pretérito, por sua vez relativo ao presente (co-pretérito, ante-pretérito, pós-pretérito, etc.); e, na posterioridade, devem ser fiéis a sua relação com o presente: temos assim o futuro e o ante-futuro. Bello, em geral pouco inovador terminológico, precisou de nomes mais expressivos para mostrar que o verbo é o lugar em que a linguagem evidencia seu papel de ordenador da idéia de tempo. Como disse, é o verbo que recebe um tratamento renovado, em contraste com sua visão do nome, que segue a concepção recebida.

Ao verbo, palavra de nível sintático inferior ao do nome, é dada a função mais laboriosa de atualizar a referência deste e de transformar assim o pensamento em fala.

Voltando agora ao tema da interdependência de sujeito e atributo (exemplo 9). Por que esta, mencionada uma vez, não é produtiva no desenvolvimento da gramática? Minha hipótese é que Bello não esteve disposto a abandonar a centralidade do nome, ao qual faz representar o pensamento na frase, embora tenha visto também no verbo o lugar em que o pensamento se faz linguagem. A complexidade morfológica do verbo (sua visibilidade, isto é, seu papel chave na interpretação da mensagem), sua pobreza semântica frente à sua riqueza assinalativa, tudo lhe diz que se trata de uma classe de outra ordem, pragmática, em termos atuais. A proposição é assim um elemento heterogêneo: ao nome cabe-lhe representar o pensamento como uma virtualidade, ao verbo, sua atualização no ato comunicativo. A interdependência sintática, então, é só efeito dessa divisão do trabalho lingüístico. Bello, efetivamente, reserva ao nome o papel semântico de referir ao mundo, mas guarda para o verbo a tarefa pragmática de inscrever a fala no presente do falante.

Conclusão

A presente análise teve como primeiro impulso esclarecer a incompatibilidade encontrada, na *GLC*, nos modos de definir a proposição: há nela um único centro (nominal) ou, ao contrário, dois constituintes em relação de interdependência? Um segundo passo foi nos perguntarmos sobre a disparidade de critérios na definição das classes de palavras que representam os respectivos núcleos oracionais. E, enfim, um terceiro momento foi mostrar uma diferente natureza (semântica, pragmática) nos dois componentes.

Não consegui, certamente, responder o primeiro ponto, o da incompatibilidade. Basta-me dizer que ela, pelo que sei, sequer foi percebida e, em segundo lugar, que as leituras sintáticas são possíveis justamente por apagarem essa contradição.

Sobre a disparidade de critérios, creio ter dado um esclarecimento, pelo menos uma descrição no desenvolvimento deste trabalho. E quanto a esse terceiro momento, qual seria a função dessa diferença? Penso que é a de apontar para uma dupla atividade do dizer: um referir, que é por conta da parte nominal da proposição, mais uma segunda atividade: fazer dessa referência um ato, fazer da frase um objeto histórico, um enunciado.

Este “fazer duas coisas” não surpreende hoje. Para Austin falar é fazer três coisas simultâneas só no nível locutivo, para Searle é referir e predicar. Mas também, antes de Bello, já encontrávamos na gramática geral que a proposição conjuga duas operações do espírito, o conceber e

o afirmar, como na *Gramática* de Port-Royal; e esquematizando Condillac, nele a proposição traz uma marca dupla, a das nossas percepções, na parte nominal (sujeito e atributo), e a da relação entre esses conteúdos perceptuais, obra do verbo. Este ir e voltar no tempo coloca Bello num vértice entre esse passado, que ele não descarta totalmente, e um presente que ele sem dúvida não antecipa, mas ao qual seu texto dá acolhimento (como também dá às posições sintaxistas, desde que não pretendam concluí-lo).

Por juntar-me àquele coro de elogios dos leitores americanos de Bello que referi nas primeiras linhas, quero terminar chamando a atenção para o fato de que poucos textos gramaticais podem albergar tantas leituras durante tanto tempo; um fato que o aproxima dos textos literários. O texto iniciador de uma corrente gramatical em língua espanhola é também um texto não definitivo.

Notas

¹ Prefiro transcrever em português todas as citações e exemplos em língua espanhola; a tradução é minha em todos os casos.

² Surge assim a pergunta se a *CGL* pode ser arrolada nessa corrente. Menciono apenas este problema, levantado pela primeira vez por Menéndez Pelayo em 1893 (1948: 362). É comum a recusa a admitir essa possibilidade, sobretudo da parte das lieturas “funcionais” e “estruturais” de Bello. Veja-se, por exemplo, Gregores (*op. cit.* p. 86).

³ Dos números entre parênteses, o primeiro remete aos parágrafos originais da *GLC*, o segundo à página da edição consultada.

⁴ As *Notas*, 15 ao todo, são textos agregados por Bello no final da sua gramática; são breves apostilas reservadas à discussão de problemas teóricos, que assim ficam separados do corpo descritivo da *GLC*.

⁵ Cito do texto incluído na edição das *Obras completas*, 1951.

⁶ Mostrei num trabalho baseado em gramáticas de autores espanhóis do século XIX que a sintaxe, por basear-se na sucessão das palavras não estabeleceu hierarquias entre constituintes e só atentou para a ordem linear para indicar a dependência mútua das unidades (Luis, 1995).

⁷ *Grammaire*, 1803 (1970, p. 77).

⁸ Ao fazer esta observação sobre a visibilidade, Bello, também co-autor de uma *Gramática* latina, pode estar pensando na prática de reconhecimento da frase latina. Lembremos que, para enfrentar a resistência (opacidade) que oferece esse conjunto aparentemente desordenado de formas, os métodos latinos propunham ao aluno (e ainda hoje o fazem) começar pelo verbo como porta de entrada na estrutura da oração: procure o verbo, este vai levá-lo diretamente até o sujeito.

Referências bibliográficas

AUROUX, S. (1984) “Du nome au verbe: la grammaire générale de Port-Royal à Destutt de Tracy”, *Modèles linguistiques*, IV (1), pp. 11-21.

- BELLO, A. (1841) “Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana”, *Obras Completas de Andrés Bello*, Tomo V, Caracas, 1951.
-
- _____ (1847) *Gramática castellana destinada al uso de los americanos*, Buenos Aires, Editorial Sopena, 1945.
- CALERO VAQUERA, M. L. (1986) *Historia de la gramática española (1847-1920)*, Madrid, Editorial Gredos.
- DESTUTT DE TRACY, A.L.C. (1803) “Eléments d’idéologie”, II, *Grammaire*, Paris, Vrin, 1970.;
- GREGORES, E. (1966) “Las raíces del pensamiento gramatical de Bello”. In: *Andrés Bello: estudios reunidos en conmemoración del centenario de su muerte*, La Plata, Universidad Nacional de la Plata, pp. 82-96.
- LUIS, C. R. (1995) “La sección *Sintaxis* en la gramática hispánica del siglo XIX, Roma”, *Letterature d’America*, XV (59), pp. 9-36.
- MENÉNDEZ PELAYO, M. (1893) *Obras completas*, vol. XXVII, Santander, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948.
- ROSENBLAT, A. (1961) *El pensamiento gramatical de Bello*, Caracas, Ediciones del Liceo Andrés Bello.
- SCHLIEBEN-LANGE, B. (1986) “Elemente einer pragmatischen Sprachtheorie in den Grammaires générales um 1800”, *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*, 76, pp. 76-93.

Palavras-chave: gramática do espanhol, uniformidade de critério, perspectivas teóricas

Key-words: grammar of Spanish, uniformity of criterion, theoretical perspectives